

LEVANTAMENTO DA AÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O MINC E O IBGE: DESDE AS GESTÕES GIL/JUCA

Cristina Pereira de Carvalho Lins¹

Resumo

Este artigo se propõe a contribuir para o registro da memória institucional, tendo como base os estudos e pesquisas quantitativos que foram desenvolvidos, no âmbito do acordo de parceria entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde as gestões dos ministros da Cultura Gilberto Gil e de Juca Ferreira (2003-2010) até o momento presente.

Palavras-chave: Indicadores culturais. Conta satélite de cultura. Marco estatísticas culturais da UNESCO. Mercosul cultural.

Abstract

This work aims to contribute in systematizing the institutional memory and methodological approaches for measuring the economic contribution of culture in Brazil, based on quantitative research that were developed and published under the partnership agreement between the Ministry of Culture and the Brazilian Institute of Geography and Statistics, from the ministerial management of the culture ministers Gilberto Gil and Juca Ferreira (2003-2010), till the present time.

Keywords: cultural indicators. Culture satellite account. UNESCO Framework for cultural statistics. Cultural Mercosul.

Aos responsáveis pela gestão pública da cultura no Brasil, os números revelam problemas que os olhos não veem, desvelam realidades que as mãos não tocam, tornam concretos os desafios abstratos que toda nação deve enfrentar. (GIL, 2006)

No Brasil, somente no início dos anos 2000, a cultura voltou a ser repensada em um sentido mais amplo e mais abrangente, para além da atuação circunscrita ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas).

No cenário político, voltou a ser entendida como política de Estado, e sua transversalidade passou a ser contemplada pelas políticas culturais.

Segundo diversos autores, a cultura aparece como algo tão amplo e transversal que vem adquirindo uma “posição de centralidade”, passando a congrega diversas reflexões sobre sua dinâmica enquanto objeto de estudo e pesquisa de disciplinas científicas (CANCLINI, 1987; RUBIM, 2007; MIGUEZ, 2007).

¹ Economista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Consultora independente de pesquisas e indicadores culturais. Desde 2004 até 2015, foi Coordenadora técnica do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE. e-mail: crislins11@gmail.com.

Essa importância dada à cultura, tanto no cenário internacional quanto no nacional, refletiu o deslocamento da cultura para o centro da vida intelectual, política, jurídica e econômica das sociedades.

A ampliação do conceito de cultura passou a se dar em um campo mais estendido da estrutura social, ao incorporar, por exemplo, setores das novas tecnologias da economia da informação e comunicação (audiovisual, mídia, redes, internet e tecnologias digitais). Essas mudanças históricas marcaram a economia da cultura, que passou a considerar, como culturais, atividades econômicas e ocupações desses segmentos.

A urgência na busca por referências numéricas tornou-se indispensável para se conhecer melhor as atividades da produção e do consumo de bens e serviços culturais da população, o mercado de trabalho do setor, a geração de valor na economia nacional, os espaços físicos e os equipamentos da mais diversa ordem, como base empírica de desenvolvimento de políticas públicas da cultura e da tomada de decisões dos gestores e especialistas que fazem parte dela.

Frente à ausência de informações sistematizadas que pudessem dar suporte à elaboração de uma política pública de cultura e dar prosseguimento aos novos projetos, programas, responder às recomendações internacionais e desenvolver estudos específicos, o Ministério da Cultura procurou consolidar as relações institucionais com outros ministérios, fundações e instituições de pesquisa, principalmente do setor público, por meio da interlocução das novas secretarias do MinC, criadas pelo Decreto nº 4.805, 12 de agosto de 2003.

Em fins de 2003, a Secretaria de Políticas Culturais– SPC iniciou um diálogo com os institutos de estatísticas e de pesquisas, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o objetivo de desenvolver estudos estatísticos e criar indicadores que servissem de subsídio à elaboração e avaliação de políticas públicas culturais.

No caso específico do IBGE, o interesse expresso pelo MinC era desenvolver a construção das chamadas Contas Satélites de Cultura (CSC), para calcular a participação do setor cultural na economia nacional.

Mais concretamente, o interesse por esta temática surgiu quando o Ministro Gilberto Gil, assumiu a Secretaria Pro-Tempore do Mercosul Cultural, e participou, ao lado de ministros de diversos países latino-americanos, do *Taller Técnico Regional sobre Economía y Cultura*, que ocorreu no Chile, em 24 de junho de 2004.

Neste seminário, ficaram estabelecidas recomendações aos ministros de cultura de diversos países latino-americanos, no sentido de trabalharem conjuntamente na criação de indicadores capazes de responder à complexidade do campo cultural e, principalmente, de assumirem o compromisso de desenvolver a Conta Satélite de Cultura, tendo como referência o estudo desenvolvido pelo Convênio Andrés Bello.²

Essa demanda veio ao encontro da necessidade e do desejo manifestos na orientação estratégica do MinC de se criar e estabelecer uma dinâmica de estudos sobre os impactos da economia da cultura, com o objetivo de sistematizar dados já existentes sobre o setor cultural, e de gerar novas estatísticas.

Em contrapartida, o IBGE ofereceu uma primeira análise do setor cultural no universo de informações já produzidas e divulgadas, que irão contribuir para a construção de uma Conta Satélite de Cultura para que, dentre os vários resultados possíveis, seja possível mensurar a participação da atividade cultural nas Contas Nacionais.

Apesar da manifestação de interesse do Ministério em levantar informações sobre o setor, Oliveira (2003, p.190) mencionou que, até o ano de 2004, “não se vinha discutindo, como em outras áreas, a necessidade de realizar uma pesquisa no sentido de sistematizar os dados necessários, nem a respeito das bases em que ela poderia se desenvolver”.

Como o IBGE não possuía uma pesquisa específica, voltada para a cultura, o primeiro passo foi organizar e sistematizar as informações já existentes, para, em seguida, mapear lacunas. Ribeiro (2011) destaca que,

O primeiro passo para a formulação de uma política pública deve ser o conhecimento da realidade sobre a qual essa política incidirá. Uma vez formulada, é preciso acompanhá-la na sua implementação identificando, se for o caso, a necessidade de ajustes e, por fim, a política precisa ser avaliada em termos de sua efetividade. Para tanto, é essencial a existência de informações confiáveis e abrangentes sobre a esfera de atuação da política, sendo a informação estatística muito desejada, sobretudo para a etapa da avaliação. (RIBEIRO, 2011 p.80)

De fato, o estabelecimento da parceria no sentido da produção de informações estatísticas para a cultura, só se efetivou com a assinatura do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura e o IBGE, em 17 de dezembro de 2004.³

² Disponível em: <<http://culturayeconomia.org/wp-content/uploads/completo-dic-162.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

³ Decreto 93.872, de 23/12/86, disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/314261/pg-102-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-12-2004>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Em seu discurso, na solenidade de assinatura do acordo entre as duas instituições, o Ministro da Cultura Gilberto Gil ressaltou a histórica carência de informações e dados, no que se refere à Cultura no Brasil, nos aspectos econômicos e sociais, e afirmou que “a consolidação de um sistema nacional de dados e indicadores culturais é fundamental para que se tenha um panorama do setor da cultura na vida nacional com mais eficiência e eficácia na construção e na consecução das políticas públicas culturais” (GIL, 2004).

Esta iniciativa pioneira e de grande importância no campo de estudos da cultura teve por objetivos: estabelecer os princípios básicos para disciplinar a conjunção de esforços e de apoio técnico, envolvendo uma equipe multidisciplinar com representantes do IBGE e do MinC; organizar e sistematizar informações relacionadas ao setor cultural, a partir das pesquisas existentes na Instituição; formular uma estratégia para a construção de um conjunto articulado de estatísticas e indicadores culturais; propor o desenvolvimento de linhas de pesquisa para suprir as lacunas existentes na produção de estatísticas nacionais; e, a longo prazo, expandir a capacidade específica de análise para esse setor, com a construção de uma conta satélite para medir o peso da cultura no produto interno bruto nacional (LINS, 2006, p. 2).

Assim, o IBGE⁴ como principal produtor de estatísticas oficiais do país, passou a ser um parceiro indispensável à construção de informações e produção de indicadores sobre a cultura no país, para orientar a ação dos gestores públicos e privados.

No plano governamental, este trabalho conjunto, nas gestões dos ministros da Cultura Gilberto Gil e de Juca Ferreira (2003-2010), tem sido bastante expressivo para os estudos da cultura em geral, pois:

[...] podemos dizer que os primeiros quatro anos de gestão do Ministro Gil (2003-2006) foram de empenho para a construção real de um Ministério da Cultura. Ocorreram avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo, fazendo com que ela deixasse de ter um papel praticamente decorativo entre as políticas governamentais. (CALABRE, 2009, p.294)

De todo modo, muito ainda há por ser feito no campo da cultura brasileira e na contínua superação das lacunas de informações quantitativas e qualitativas, mas já podemos disponibilizar resultados de estudos e pesquisas, que sistematizaram informações censitárias sobre a gestão das atividades culturais nos municípios

⁴ O IBGE está subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e também é responsável pela coordenação do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

brasileiros, e outros, com foco em informações e indicadores socioeconômicos das atividades culturais.

No quadro a seguir foram descritas as pesquisas sobre o setor cultural, produzidas pelo IBGE, os anos de referência e as datas das divulgações:

PESQUISAS		
Nome	Ano de referência	Data de divulgação
Sistema de Informações e Indicadores Culturais	2003	29/12/2006
Sistema de Informações e Indicadores Culturais	2003-2005	18/12/2007
Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos municípios brasileiros MUNIC	2005	24/11/2006
Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos municípios brasileiros MUNIC – Suplemento Cultura	2006	17/09/2007
Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos municípios brasileiros (MUNIC)	2009	13/05/2010
Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos municípios brasileiros (MUNIC)	2011	13/11/2012
Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos municípios brasileiros (MUNIC)	2012	03/07/2013
Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)	2012	15/03/2013
Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)	2012	18/10/2013
Sistema de Informações e Indicadores Culturais	2007-2010	14/12/2015

Perfil dos Estados e dos
Municípios Brasileiros
2014 – Cultura Suplemento
especial

2015

Fonte: Quadro elaborado pela
autora.

Serão apresentados a seguir, alguns resultados sintetizados dessas pesquisas. A publicação completa poderá ser consultada no site do IBGE <www.ibge.gov.br>.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003

No final de 2006, o IBGE divulgou o primeiro resultado oficial do convênio, o *Sistema de Informações e Indicadores Culturais, SIIC 2003*.⁵

Em discurso proferido na solenidade do lançamento, o Ministro Gilberto Gil assinalou que:

É preciso ter consciência da importância histórica deste momento. Consciência da importância que tem um sistema permanente de indicadores econômicos no amadurecimento e no planejamento consistente de uma instituição pública e federal que tem pouco mais de vinte anos, como é o caso do Ministério da Cultura.

Os números, as tabelas, os gráficos, os indicadores e as informações sobre cultura que hoje o IBGE divulga — e que, em breve, alcançarão um grande público — representam e inauguram uma nova etapa na gestão das políticas públicas de cultura. Formam um dos principais resultados desses quatro anos de nossa gestão no MinC.

São números que consolidam a possibilidade de um acompanhamento objetivo das nossas políticas, que extravasam a gestão federal e podem influenciar as diretrizes culturais dos Estados e dos municípios brasileiros.

Esses mesmos números também adquirem um amplo horizonte temporal. Eles não estão restritos ao este governo ou aos governos que virão. Simbolizam uma política de Estado e tornam a cultura uma esfera visível, mensurável e suscetível de um contínuo acompanhamento pelos gestores públicos e pela população brasileira. (GIL, 2006)

A publicação, com dados referentes ao ano de 2003⁶ buscou organizar e sistematizar as informações consolidadas nacionalmente, em pesquisas correntes, existentes nas bases de dados do IBGE, com o objetivo de contribuir para a construção

⁵ O SIIC pertence a um tipo de publicação do IBGE, chamada “Estudos e Pesquisas”, que tem como objetivo divulgar “estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional”. (SISTEMA..., 2006, p. 2)

⁶ Para consultar a publicação completa, ver: SISTEMA de informações e indicadores culturais: 2003/ IBGE, Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/default.shtm>.

de um sistema de informação que possibilitasse a sua análise como setor produtivo, e visava, ainda, fornecer subsídios para o planejamento e a tomada de decisão, levando aos usuários, em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados (SISTEMA..., 2006, p. 9).

A concepção de cultura adotada neste estudo relaciona-se com as atividades econômicas geradoras de bens e serviços. O setor cultural foi definido de uma maneira empírica, tomando-se como referência inicial a abordagem da Unesco sobre as atividades culturais relacionadas:

[...] à criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São indústrias em trabalho e conhecimento e que estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização. (INFORME..., 2004)

Partiu-se de um diagnóstico sobre o “estado das artes” das estatísticas existentes, considerando principalmente as bases de dados do IBGE. Apesar das limitações temáticas que surgiram, pelo fato de que as pesquisas disponíveis utilizadas no estudo eram informações construídas com foco em outras áreas, e nas quais não houve nenhuma preocupação em definir ou conceituar cultura, foi possível perceber que algumas dessas pesquisas guardavam informações fundamentais relacionadas à cultura e que outras necessitavam de um tratamento especial.

Realizado esse levantamento, sob a coordenação da área de População e Indicadores Sociais, com a participação de técnicos das Coordenações das Estatísticas Econômicas e Classificações, Método e Qualidade, Contas Nacionais, Serviços e Comércio, Indústria, Emprego e Rendimento, e a gerência do Cadastro Central de Empresas, o IBGE iniciou as discussões sobre a sistematização, a produção e a conceituação das estatísticas e indicadores culturais.

Procurou-se a referência da produção internacional sobre indicadores culturais, assim como a participação em seminários, reuniões e eventos relacionados ao tema, realizados no país e no exterior. Dentre as atividades, foram realizados encontros sobre metodologias e pesquisas na área de cultura com técnicos do IBGE, do Ministério da Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa, do IPEA, da UNESCO e do Departamento de Estudos e Prospectivas⁷ (DEP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura francês.

⁷ Realizados os Seminários sobre Metodologias e Pesquisas na Área da Cultura e o Seminário Internacional de Metodologias e Pesquisas na Área da Cultura, na Fundação Casa Rui Barbosa, em setembro e novembro de 2004.

Na ausência de uma definição precisa do setor cultural, dada a inexistência de recomendações internacionais e referências nacionais, optou-se por trabalhar com um conjunto amplo de atividades definidas no estudo como sendo “toda atividade realizada por empresas que produzem, pelo menos, um produto relacionado com a cultura” (INFORME..., 2004, p. 14).

O ponto de partida e o instrumento principal para a reflexão sobre o setor cultural foi a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE,⁸ como instrumento chave para a delimitação do setor composto de atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços, que produzissem bens e serviços relacionados à produção cultural. Essa nomenclatura é uma linguagem estatística que garante a comparabilidade internacional entre todos os institutos de pesquisa. Portanto, é com base na classificação de atividades que houve o diálogo com os outros países.

Como resultado dessa delimitação do campo da cultura, buscou-se conceituar a cultura a partir das atividades relacionadas a “criação e produção”, tradicionalmente ligadas às artes, como teatro, música, filme, edição de livros, fotografia, rádio, televisão, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico, e que foram consideradas neste estudo como atividades diretamente relacionadas à cultura.

Outro conjunto, mais abrangente, foi considerado como atividades indiretamente relacionadas à cultura (como a telefonia, a Internet, a fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, entre outros), que agregam atividades propriamente culturais e outras que não podem ser caracterizadas como tais. Vale observar que isso se deve ao fato da CNAE ter sido construída para atender ao objetivo de classificar atividades econômicas para organizar as informações estatísticas sobre os fenômenos relacionados com a contribuição das unidades produtivas, de acordo com a atividade que desenvolvem, no processo econômico.

O mesmo escopo de atividades econômicas que representaram a oferta cultural foi utilizado na delimitação do âmbito das informações que permitem identificar a demanda cultural. Para a mensuração das características do mercado de trabalho foram utilizadas duas outras classificações estatísticas que servem às pesquisas domiciliares, a

⁸ A CNAE 1.0 adota como referência a International Standard Industrial Classification– ISIC, Revisão 3, das Nações Unidas, equivalente em espanhol à Clasificación Industrial Uniforme – CIIU. Para informações mais detalhadas sobre a estrutura da CNAE 1.0, consultar a página: <<http://www.ibge.gov.br/concla>> no portal do IBGE, na Internet.

CNAE-Domiciliar⁹ classificação derivada da CNAE e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, para selecionar as atividades econômicas e as ocupações culturais.

Uma vez definido o âmbito cultural através da análise das classificações utilizadas no sistema estatístico, foram sistematizadas as informações estatísticas e cadastrais, já disseminadas. A análise econômica da cultura foi realizada por meio da mensuração das informações sobre a oferta de bens e serviços, que foram obtidas nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e nas pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA– Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC, e Pesquisa Anual de Serviços – PAS). Já para os gastos das famílias e do governo, foram utilizadas a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e as Estatísticas das Administrações Públicas, respectivamente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi utilizada como fonte de informação sobre as características da população ocupada no setor cultural.

Com base nesse panorama conceitual e metodológico, foram disponibilizadas, no SIIC– 2003, as informações estatísticas referentes ao que foi definido como âmbito do setor cultural, em cada uma das bases de dados descritas acima. Assim, a economia da cultura, pelo lado da oferta, apresenta a configuração do setor cultural para três segmentos econômicos: indústria, comércio e serviços, verificando a participação das atividades culturais no número de empresas, no total de pessoal ocupado, receita, custos, valor adicionado, valor bruto da produção, custo das operações industriais, consumo intermediário e valor da transformação industrial. Foram ainda elaborados alguns indicadores, tais como salário médio, custo do trabalho, taxa de margem de comercialização e taxa de investimento.¹⁰

Na opinião de Barros, a importância desse esforço de produção e de sistematização das estatísticas culturais contribuíram “de forma a dar visibilidade aos problemas e carências nos investimentos e no consumo cultural, apontando singularidades que precisam ser melhor conhecidas, de forma a garantir discernimento para intervir na realidade cultural do país” (2010, p.18).

Vale ressaltar que as informações coligidas e apresentadas no estudo não esgotam todas as fontes de dados existentes e, principalmente, ajudaram a consolidar o

⁹ A metodologia da CNAE-Domiciliar foi discutida no âmbito do Projeto Mercosul – Censo 2000, e resultou na elaboração da Clasificación de Actividades Económicas para Encuestas Sociodemográficas del Mercosur– CAES. Essas informações e todo o detalhamento da estrutura dessa classificação podem ser consultados em: <http://www.cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_100@CNAE%20Domiciliar>.

¹⁰O volume completo do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003 está disponível para consulta na página:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/indic_culturais2003.pdf>, no portal do IBGE na Internet.

processo de aprimoramento da construção de um sistema de informações culturais no país, em sintonia com os estudos de outros países:

‘O fato de maior relevância dessa estratégia geral, que alterou a falta de informações sistematizadas sobre o setor cultural, foi a divulgação dos primeiros resultados do estudo que resultou na publicação do sistema’. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003 constitui um primeiro e inicial passo para a idealizada produção de estatísticas públicas sobre a cultura no Brasil. (LINS; ALKIMIM, 2008, p.63)

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC 2005

Ainda em 2006, seguindo a produção de estatísticas para a cultura, divulgou-se outro estudo, a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2005**¹¹, realizado pelo IBGE, com a parceria de técnicos do MinC.

Com relação à metodologia da MUNIC, vale mencionar que a pesquisa, desde a sua primeira edição, em 1999, manteve seu foco na produção de estatísticas censitárias da gestão pública municipal, contribuindo com a coleta de registros administrativos relativos às prefeituras, a ampliação da gama de informações para a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros e de suas administrações públicas, subsídios para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas, bem como a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal na atualidade brasileira, onde os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais.

A MUNIC repetiu a iniciativa de introduzir no corpo básico da pesquisa, um bloco temático voltado para os equipamentos culturais, os meios de comunicação, os conselhos municipais, e pesquisou também a incidência de diferentes atividades artísticas e artesanais presentes nos municípios, formando assim um quadro mais abrangente para a dimensão cultural no nível local.

No ano de 2005, a MUNIC voltou a contemplar informações sobre a cultura,

no sétimo e último capítulo recupera e aprofunda o tema da cultura no âmbito municipal, realizando a análise dos dados cadastrais e das informações sobre Conselho Municipal de Cultura e acerca da existência, quantidade e esfera administrativa de 13 equipamentos culturais. São examinadas, também, a presença de grupos artísticos no município e as principais atividades artesanais nele desenvolvidas. (PERFIL, 2006, p. 17)

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005

¹¹ Disponível para publicação e acesso na íntegra em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2005/munic2005.pdf>>.

No ano seguinte, em dezembro de 2007, o IBGE publicou um novo volume do ***Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC)***, referente ao período **2003-2005**, que deu continuidade à série divulgada em 2006.

Esta edição disponibilizou para uma série de três anos, 2003, 2004 e 2005, uma análise dos principais indicadores econômicos da cultura, mantendo o mesmo âmbito e as mesmas fontes de dados da pesquisa anterior.

O Ministro Gilberto Gil ressaltou que,

A cultura, de fato, ainda não é reconhecida como um elemento propulsor do desenvolvimento local, regional e nacional. Esta constatação não é minha, não é pessoal, são inferências objetivas dos índices da participação da cultura nos orçamentos municipais, estaduais e federais. Orçamentos que raramente existem e, quando existentes, beiram à insignificância, sequer alcançam o 1%. (GIL, 2007)

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos Municípios Brasileiros, Suplemento de Cultura – MUNIC 2006

O ano de 2006 foi determinante para a investigação do tema da cultura, pois foi formulado por pesquisadores do IBGE e do Ministério da Cultura o **Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic 2006**.¹²

As palavras do ministro Gilberto Gil reafirmaram a importância da produção de indicadores e de análises das informações relativas à cultura, na solenidade de divulgação do Suplemento Cultura da Munic 2006:

Nesses quatro anos, a cultura passou a ter visibilidade numérica e mensuração estatística. Ganhou existência científica para a gestão, desenhou as principais linhas de seu futuro planejamento para uma institucionalização madura no Brasil e tornou verificável a sua atuação por nosso vasto território. Podemos, hoje, acompanhar com precisão o desenvolvimento econômico da cultura e traçar metas. Tendo como base os indicadores que o IBGE nos apresenta, podemos melhorar os investimentos públicos de cultura no Brasil, além de orientarmos nossas políticas públicas para áreas e setores que não eram contemplados. (GIL, 2007)

O **Suplemento de Cultura 2006** sistematizou informações estatísticas mais direcionadas para a cultura, no que se refere à organização das prefeituras dos 5.564 municípios brasileiros, com dados sobre o quadro funcional do órgão gestor de cultura nos municípios; as condições de infraestrutura utilizadas para o cumprimento dessa

¹² Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>>.

função; as características dos recursos humanos da cultura na prefeitura; os instrumentos de gestão utilizados; a legislação específica; a existência e as características do Fundo Municipal de Cultura; os recursos financeiros; a existência de Fundação Municipal de Cultura; programas e ações públicas locais e atividades desenvolvidas; as atividades artísticas e artesanais, nas suas mais diversas manifestações (apoiadas ou não pelo poder local); bem como ofertas de serviços à população e infraestrutura urbana.

Como analisou Isaura Botelho,

O Suplemento de Cultura da MUNIC 2006 constituiu um grande avanço: não apenas forneceu informações mais detalhadas sobre a infra-estrutura cultural como também informou sobre atividades levadas a cabo na totalidade dos municípios. O ‘retrato’ proporcionado pelo Suplemento constitui, em si mesmo, um importante instrumento de gestão não apenas para as três esferas administrativas, a federal, a estadual e a municipal como também para a instância privada.¹³(BOTELHO, 2010, p. 5)

Observou-se que apenas 4,2% dos municípios possuíam uma secretaria exclusiva e 2,6% fundações públicas para a gestão da cultura, no ano da pesquisa. Em 86,6% dos municípios, os órgãos gestores não eram exclusivos da cultura, sendo subordinados ou integrantes de outras secretarias (PERFIL, 2007).

Apesar das deficiências referentes à estrutura da gestão cultural no País, 57,9%, dos 5.564 municípios declararam ter política municipal de cultura, e 33,9% aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, o que mostra um mínimo de articulação interna e com a instância federal que elabora as estratégias para o setor. Como a maioria dos indicadores provenientes do Suplemento, estes também são sensíveis ao maior porte populacional e ao desenvolvimento socioeconômico dos Estados e regiões a que pertencem os municípios (PERFIL, 2007).

Verificou-se um aumento expressivo do número de municípios que criaram Conselhos Municipais de Cultura, ao longo da década de 1990, atingindo seu ápice em 2005. O investimento do governo federal na constituição do Sistema Nacional de Cultura, que exige, dentre as contrapartidas, a adesão dos municípios à criação de conselhos, incidiu sobre os resultados. Apesar disso, no ano seguinte, 2006, houve uma retração no número de municípios que criaram conselhos.

Como a intenção deste artigo não é a de apresentar todas as informações da publicação, já divulgadas no Suplemento de Cultura da MUNIC 2006, finalizo esta

¹³ Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24457.pdf>>.

parte apresentando algumas informações sobre as atividades culturais e os equipamentos existentes nos municípios.

Na MUNIC 2006, foi investigada a ocorrência de 16 diferentes tipos de atividades artísticas existentes nos municípios brasileiros, sendo o artesanato (64%), a dança (56,1%), as bandas (53,2%), os grupos de capoeira (48,8%), os de manifestação tradicional popular (47,2%), musical (42,7%), coral (44,92%) e teatro (39,9%) os principais. O bordado, que apresenta uma correlação inversa entre a sua incidência e o tamanho da população, é a atividade mais representativa, nos municípios brasileiros, encontrando-se em 75,4% deles, seguida das atividades com madeira (39,7%) e artesanato com barro (21,5%). A biblioteca pública continua sendo o mais importante equipamento do ponto de vista da incidência municipal brasileira (89,1%), o que abre a possibilidade de um maior entendimento do seu papel como veiculador de conteúdos culturais, não apenas diretamente ligados à leitura, mas a outras possibilidades de acessos mais amplos, como vídeos, Internet, CD, DVD, entre outros.

Por sua vez, as informações do Suplemento de cultura 2006 permitiram traçar um diagnóstico das cidades brasileiras, sendo assim “elementos primordiais para a elaboração de políticas públicas, sobretudo no campo da cultura, no qual o país sofria com a inexistência de informações de tal natureza. Estas seriam fundamentais para a produção e o acompanhamento das políticas culturais, assim como das ações e projetos” (CALABRE, 2009a, p. 124).

De fato, o que a MUNIC nos revela é muito simples “a exuberância cultural que pulsa em nosso País e está espalhada entre os nossos mais de 5.000 municípios ainda não é correspondida pelo modo como os poderes locais estão organizados. A cultura, de fato, ainda não é reconhecida como um elemento propulsor do desenvolvimento local, regional e nacional”(GIL, 2007).

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos Municípios Brasileiros, capítulo de Cultura – MUNIC 2009

Em maio de 2010, no final da gestão do ministro da Cultura Juca Ferreira, o IBGE divulgou mais uma Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC, com um bloco referente à cultura.

Com os dez anos da pesquisa, embora não consecutivos, foi lançada uma edição comemorativa da MUNIC:¹⁴

A MUNIC investigou, nesta edição, todas as 5 565 municipalidades existentes no País. Foram levantados, em 2009, dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre 16 temas, tais como: recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, educação, cultura, esporte, habitação, transporte, meio ambiente, dentre outros. (PERFIL, 2010, p. 25)

A MUNIC 2009 trouxe um bloco temático referente à cultura, que incorporou alguns quesitos investigados ao longo da existência da pesquisa, de modo a atualizar determinados indicadores e produzir um diagnóstico sintético dos municípios brasileiros. O capítulo analítico da cultura levantou informações sobre a caracterização do órgão gestor de cultura, proteção ao patrimônio cultural, conselho municipal de cultura, consórcios, convênios parcerias e apoios, na área de cultura e turismo, e equipamentos culturais e meios de comunicação que constituíram uma série histórica importante para o acompanhamento da evolução dos dados e dos avanços e limitações que a política cultural brasileira alcançou.

Nas diversas versões da MUNIC, 1999, 2001, 2005, 2006 e 2009, foi possível investigar a mensuração da incidência dos equipamentos culturais e dos meios de comunicação nos municípios brasileiros. Sendo que algumas dessas observações são recorrentes para os anos nos quais estas informações foram levantadas, desta forma passaram a constituir numa série histórica, que ajuda a fundamentar a análise “sem informação e capacidade de uso, na forma de indicadores, qualquer mudança pode não passar de uma aventura fadada ao fracasso (BARROS, 2010, p. 31)”, e ao conhecimento da diversidade socioeconômica e cultural brasileira, ao longo dos últimos dez anos.

A MUNIC 2009 permitiu identificar uma hierarquia da infraestrutura cultural, evidenciando o forte traço audiovisual no país, mostrando, ainda, a centralidade de determinados equipamentos, como a biblioteca pública, permitindo avaliar as diferenças entre as regiões e o porte populacional dos municípios.

No estudo chamou a atenção que do total de 5.565 municípios, 93,2%, ou seja, 5.186, afirmaram ter uma biblioteca pública. De fato, a partir dos resultados da MUNIC,

¹⁴ Publicação disponível em:
< <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>>.

o governo federal adotou uma política de universalização das bibliotecas pelos municípios, o que é refletido pelo aumento da oferta, nos últimos dez anos.

Não seria incorreto afirmar que o próprio desenvolvimento dos blocos (e o suplemento posterior) de cultura inseridos na pesquisa já é um indicador da importância que o tema foi adquirindo, tanto no aparato administrativo quanto na sociedade. Em outras palavras, pode-se dizer que o fato de termos essa massa de informações hoje, constituída, em suas últimas edições, pelo esforço conjunto do IBGE e Ministério da Cultura é fruto, ao mesmo tempo, de uma política que se quer sistêmica por parte do Ministério e da visibilidade que a cultura adquiriu (embora longe dos patamares ideais) no plano governamental, o que é indicado pela adesão incontestada do IBGE que criou, inclusive, um Grupo de Trabalho de cultura interno à instituição. (BOTELHO, 2010, p. 2)

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC 2011

Esta pesquisa investigou a gestão e a estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre sete temas, contemplando questões relacionadas a recursos humanos das administrações, articulações interinstitucionais, educação, saúde, habitação, direitos humanos e saneamento básico. Foram pesquisadas as articulações interinstitucionais realizadas pelos administradores municipais, em onze áreas, sendo a de Cultura uma das áreas selecionadas.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC 2012

Repetiu as mesmas perguntas do bloco temático de 2009, sobre caracterização do órgão gestor de cultura, proteção ao patrimônio cultural, conselho municipal de cultura, percentual de municípios com conselho municipal de cultura e suas características, equipamentos culturais e meios de comunicação, atividades artesanais e grupos artísticos.

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) 2012

Lançado o volume inaugural da **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)**, que investigou a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas estaduais, em especial o governo do Estado, relativas a todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal. A pesquisa levantou informações sobre o tema da existência, a lei e o ano de criação, o caráter do conselho, a realização de reuniões e a existência de fundo estadual para alocação específica de recursos para **13 Conselhos selecionados, sendo a esfera da Cultura listada como um dos temas presentes.**

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2012

A referência conceitual do Sistema de Informações e Indicadores Culturais é semelhante àquela adotada nas duas edições anteriores do SIIC e, mais especificamente, aprofunda a reflexão sobre o âmbito do setor cultural com as referências internacionais do Marco Referencial para as Estatísticas Culturais da UNESCO¹⁵ – FCS de 2009; além do estudo das estatísticas para a Cultura do Sistema de Estatísticas Europeias – ESS, as chamadas ESSnet, referente a “EESnet-Cultura”,¹⁶ e da proposta de medição econômica das atividades e produtos do manual metodológico sobre a implementação da Conta Satélite de Cultura – CSC, do Convênio Andrés Bello,¹⁷ divulgado em 2009.

Essas abordagens orientaram a concepção do setor cultural, a partir das nomenclaturas de atividades produtivas de bens e serviços, consideradas nesta nova edição do SIIC. Essa concepção está diretamente relacionada à estrutura de classificação econômica utilizada nas pesquisas do IBGE, a nova versão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0.

A partir do ano de referência 2008, apresentando resultados retroativos a 2007, o IBGE passa a divulgar uma nova série de dados das pesquisas econômicas, utilizando a CNAE 2.0, que substitui a estrutura usada anteriormente.

Na CNAE 2.0, foram introduzidas mudanças em todos os níveis hierárquicos e em muitas categorias da classificação. Mesmo no caso de manutenção de categorias da CNAE 1.0 com o mesmo conteúdo, os códigos são afetados pelas alterações no nível das divisões. Na CNAE 2.0 todos os códigos são novos.¹⁸ (CLASSIFICAÇÃO, 2007, p.18)

Em relação à Cultura, a principal mudança ocorrida, com a revisão da CNAE 2.0, pode ser observada com a introdução de novos conceitos nos níveis mais agregados para refletir atividades emergentes, como as tecnologias de informação e comunicação, que transformaram radicalmente a Cultura e as maneiras de acessá-la, e que estão presentes em novas seções, divisões, grupos e classes que se referem às atividades de “Informação e comunicação (Seção J)” e “Artes, cultura, esporte e recreação (Seção

¹⁵ UNESCO, *Framework for cultural statistics*, 2009. Disponível em: http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/FCS09_SP.pdf.

¹⁶ Disponível em: http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/doc1577_en.htm.

¹⁷ Disponível em: <http://culturayeconomia.org/wp-content/uploads/completo-dic-162.pdf>.

¹⁸ Para garantir a inexistência de repetição de códigos entre as versões 1.0 e 2.0, recorreu-se à mudança no cálculo do dígito verificador, que passou para o módulo 11 acrescido de uma unidade.

R)”, e incorporam informações mais desagregadas das atividades de editoração, cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão, atividades artísticas, criativas e de espetáculos, arquivos, museus, bibliotecas.

Em seguida, partiu-se para a compatibilização das atividades consideradas como culturais na CNAE 1.0 com as da CNAE 2.0, incorporando as novas atualizações que “refletem as mudanças que ocorreram na estrutura e composição da economia brasileira decorrentes das novas e emergentes demandas de dados da atividade econômica” (CLASSIFICAÇÃO, 2007, p. 13).

Como resultado final desta análise, constatou-se que houve uma ampliação das atividades que compõem o setor cultural, com a inserção de novas classes e a realocação de outras.

Revisão da classificação - versão CNAE 1.0 para CNAE 2.0

Nº de classes de atividades econômicas culturais nas pesquisas estruturais

Setor	CNAE	
	1.0	2.0
<i>Total</i>	48	74
Indústria	19	16
Comércio	4	10
Serviços	25	48

Na delimitação no “novo” setor cultural, buscou-se conciliar também as primeiras discussões sobre a conta satélite de cultura do Brasil,¹⁹ de modo a que o novo âmbito não deixasse de fora nenhuma das classes de atividade a serem consideradas, futuramente, na CSC. A medição econômica do setor cultural, mediante a criação de uma conta satélite de cultura, é um tema pioneiro de estudo nos países, que se esforçam na sistematização de informações extraídas das contas nacionais sobre as atividades econômicas relacionadas aos bens e serviços de cultura.

¹⁹ Os Ministros de Estado da Cultura e da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições, instituíram nos termos da Portaria Interministerial nº 130, de 23.12.2010, o Comitê Gestor e o Grupo Executivo objetivando a criação da conta satélite de cultura do Brasil. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-130-2010_222375.html>. Acesso em: 04 abr. 2014.

O SIIC, ao delimitar a descrição detalhada das atividades econômicas do setor cultural, e ao articular matricialmente as bases das pesquisas, com o olhar cultural sobre elas, contribui para uma primeira e necessária etapa de construção de uma conta satélite de cultura.

Assim como nas versões anteriores, trabalhou-se com as bases de dados do IBGE, de forma a representar o universo da atividade cultural. Este processo de trabalho, que viabiliza a utilização de um amplo conjunto de pesquisas estatísticas, apresentou limitações próprias deste tipo de estudo. E mesmo com a nova versão da CNAE, ainda persistem a limitação e a dificuldade de desagregação de certas atividades, de modo a separar as atividades culturais de outras que não têm as mesmas características, considerando que as pesquisas são desenhadas para controlar a precisão das estimativas para detalhamento de atividades previamente identificadas.

Dessa forma, a partir das pesquisas regulares do IBGE,²⁰ selecionaram-se as atividades culturais para que, em seguida, fossem organizadas as informações estatísticas sobre a produção (oferta) de bens e serviços culturais, sobre os gastos do governo e das famílias (demanda), e sobre a população ocupada em atividades culturais.

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura (Suplemento especial)

Esta foi a Segunda edição de Suplemento especial dedicado à Cultura, com informações municipais e estaduais. A publicação divulga os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, realizadas sobre a temática da cultura, em 2014, nas 27 Unidades da Federação e nas 5.570 municipalidades brasileiras, respectivamente.

A publicação aborda aspectos relevantes da cultura nos entes federativos considerados, fornecendo informações sobre o panorama do setor, no que diz respeito à existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos.

²⁰ Maiores detalhes sobre as metodologias das pesquisas utilizadas neste estudo podem ser obtidos consultando o portal do IBGE na Internet, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>.

Avanços e desdobramentos

Entre 2003 e 2014, ainda fruto do acordo entre o IBGE e o MinC, desenvolveram-se outros projetos de estudos e seminários, que ocorreram a partir das ações conjuntas dos países do MERCOSUL Cultural e das experiências regionais relacionadas ao campo das estatísticas culturais da UNESCO.

Para dar andamento a esses projetos, o Ministério da Cultura constituiu um grupo de representantes técnicos do IBGE e do MinC, que participaram de reuniões e seminários nacionais e internacionais, sobre o levantamento e a sistematização das informações culturais, sobre a medição econômica da cultura – estatísticas e indicadores – e sobre a construção da conta satélite de cultura.

Na sequência, serão apresentadas três destas iniciativas que têm vindo a ocupar lugar de destaque como referências na integração da informação cultural regional.

MERCOSUL Cultural 2006

Desde 2006, até a presente data, dez países, entre membros e associados, reúnem-se em seminários anuais, no âmbito do marco do MERCOSUL Cultural. São sete anos de trabalho ininterruptos, no sentido de se constituir um Sistema de Informação Cultural– SICSUR, que ajude a construir a conta satélite de cultura.

O Brasil esteve representado na *Reunión del Comité de Cooperación Técnica Del Mercosur*, por técnicos do MinC e do IBGE,²¹ desde o primeiro seminário,²² que ocorreu na Cidade de Caracas, Venezuela, com a colaboração da UNESCO e do Convênio Andrés Bello, e a representação de sete países latino-americanos, em 2006.

O SICSUR trata da consolidação conjunta de uma plataforma de informações econômicas circunscritas à realidade cultural de cada país, com dados referentes a instituições, patrimônio, recursos humanos, projetos e produções culturais, como também da sistematização e atualização da informação econômica de produção de bens e serviços das “atividades de edição, impressão e reprodução de gravações” (seção 22 da CNAE 1.0/CIIU²³revisión3) e, das “atividades recreativas, culturais e desportivas”(seção 92 da CNAE 1.0/CIIU rev.3) dos países sul-americanos, de forma a

²¹ Até o ano de 2014, Cristina Pereira de Carvalho Lins, como Coordenadora técnica do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, representou o Brasil pelo IBGE.

²² O segundo seminário sobre Sistemas de Informação Cultural do MERCOSUL foi realizado em Buenos Aires, Argentina, com a participação de 12 países e dois organismos multilaterais, em 2007; o terceiro em Caracas, Venezuela, em 2008, o quarto em Quito, Equador, em 2009, e o quinto, no Rio de Janeiro, Brasil, em novembro de 2010, o sexto no Rio de Janeiro, Brasil, em 2011, o sétimo em Buenos Aires, Argentina, em 2012, Caracas, em 2013 e Mar Del Plata, na Argentina, em 2014, o último realizado.

²³ Para a comparação das nomenclaturas, ver nota 9.

ajudar na sistematização de informações estatísticas que permitam avaliar o impacto econômico que a cultura gera em cada um desses países. A meta final é a construção da conta satélite de cultura.

Cabe ressaltar que a conta satélite de cultura (CSC) consiste na aplicação da metodologia das contas nacionais, considerando as atividades culturais reconhecidas por uma classificação que represente a economia formal e a informal. A CSC é concebida como um sistema de medição econômica da cultura, que se articula com o sistema de contas nacionais (Sistema de Contas Nacionais – SCN 1993, sistema aceito internacionalmente e adotado pela grande maioria dos países para a medição de suas economias) dos institutos de estatísticas oficiais ou dos bancos centrais, dependendo do país. Uma conta satélite de cultura permite o cálculo da participação das atividades culturais no Produto Interno Bruto nacional.

Para tanto, consolidou-se um núcleo de responsáveis técnicos, em cada país, para avançar nas questões metodológicas, em trocas de experiências e reunir uma grande quantidade de informações para a realização de um trabalho conjunto, que resultou em duas publicações a *Cuenta Satélite de Cultura. Primeros pasos hacia su elaboración em El Mercosur Cultural*, que reúne informação sobre o peso relativo de um grupo de atividades culturais nas economias nacionais e, outra *Nosotros y los otros. El comercio exterior de bienes culturales en América del Sur*,²⁴ que analisa a magnitude e a participação do comércio exterior de bens culturais, em sete países da América do Sul, além de comparar as diferentes situações nacionais.

Em 2009, criou-se o programa *Sistema de Información Cultural del MERCOSUR – SICSUR*,²⁵ elaborado com a participação de técnicos de dez países da América do Sul e que foi lançado oficialmente na página web, no endereço <www.sicsur.org>, que é considerado um portal que inclui e atualiza diferentes seções de informações estatísticas culturais, mapa cultural, comércio exterior cultural, documentos e publicações de todos os países participantes.

Vale destacar que desde que se conformou o MERCOSUL Cultural, vários países da região avançaram na construção das Contas Satélite de Cultura, como é o caso da Colômbia, que consolidou o Manual metodológico para a Conta Satélite de Cultura na América Latina,²⁶ em 2009, Chile,²⁷ Uruguai com manual metodológico,²⁸ Costa

²⁴ Disponível em: <http://sinca.cultura.gov.ar/sic/comercio/comercio_exterior_sm.pdf>.

²⁵ Disponível em: <<http://www.sicsur.org/publicaciones/index.php>>.

²⁶ Disponível em: <<http://culturayeconomia.org/wp-content/uploads/completo-dic-162.pdf>>.

²⁷ Disponível em: <<http://www.cultura.gob.cl/wp-content/uploads/2012/03/Antecedentes-para-la-Construccion-de-una-Cuenta-Satelite-de-Cultura-en-Chile.pdf>>.

Rica,²⁹ Argentina e Equador. Outros países, como Brasil, Peru, Bolívia e países da América Central estão trabalhando na sua elaboração.

Seminário Internacional sobre Estatísticas Culturais 2008

Gostaria de relatar mais um resultado concreto, que mereceu destaque para o aprofundamento do campo de estudos da cultura, que foi a realização do **Seminário Internacional sobre Estatísticas Culturais**, organizado pelo Ministério da Cultura e o IBGE, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2008, nas dependências do IBGE, no Rio de Janeiro.

Este seminário procurou aprofundar a reflexão sobre os indicadores culturais e da conta satélite de cultura, através da troca de experiências entre países, com a identificação de conceitos e nomenclaturas que facilitassem a definição do âmbito das atividades relacionadas ao setor cultural, no contexto de comparabilidade e compatibilização das metodologias e nomenclaturas de atividades internacionais.

A apresentação do draft do *Framework for Cultural Statistics*³⁰ 2009, elaborado pelo Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) do Canadá, ganhou centralidade na discussão sobre o âmbito das atividades culturais. O representante do *Département des études de la prospective et des statistiques* (DEPS)³¹ do Ministério da Cultura da França apresentou a discussão sobre a comparabilidade internacional, em nível europeu, que resultou em diversas iniciativas de estudos visando à harmonização das estatísticas de cultura que foram divulgadas no *pocketbook* do EUROSTAT, em 2007. Outros temas relacionados aos Indicadores Culturais e à construção das Contas Satélites de Cultura também foram abordados por especialistas nacionais e da Argentina, Colômbia, Chile e Canadá.

Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO – FCS 2009

Em 2009, o *UNESCO Framework for Cultural Statistics*³² (FCS) que substituiu a versão do Marco de Estatísticas Culturais, da UNESCO (UIS), de 1986, resultou de um amplo processo de consulta de experiências regionais de diversos países do mundo e apresentou uma nova base comparativa de indicadores culturais, que considerou o

²⁸ Ver informe *Hacia la Cuenta Satélite en Cultura del Uruguay*. Disponível em: <<http://goo.gl/T1xOQv>>

²⁹ Disponível em: <<http://cuentasatelitecultura.go.cr/>>.

³⁰ O Marco Referencial para as Estatísticas Culturais da UNESCO foi divulgado em 2009. FCS (2009) *Framework for cultural Statistics*. UIS-UNESCO, 2009, 100 p. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/framework/FCS_2009_EN.pdf>.

³¹ Philippe Chantepie, Head of Department for studies, strategic foresight and statistics, France.

³² Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/framework/draftdoc_EN.pdf>.

debate cultural/criativo das atividades culturais dos vários países, numa perspectiva comparada.

A delegação do Brasil, representada pela técnica Cristina Lins, do IBGE, participou do seminário realizado para *Latin America and Caribbean Region Consultative Workshop on the Revised UNESCO 2009 Framework for Cultural Statistics (FCS)*, realizado em San Jose, Costa Rica, em janeiro de 2009. O processo de consulta internacional visava recolher comentários e propostas de cada região sobre o marco preliminar (UIS, 2007), em relação à metodologia proposta e tentava analisar uma plataforma, respeitando as prioridades políticas culturais nacionais, que sustentassem a geração de dados internacionalmente comparáveis.

O trabalho da UNESCO representou uma oportunidade de reflexão sobre as estatísticas culturais partindo dos limites do universo de estudos em cada país, ao mesmo tempo em que incorporava uma referência metodológica e adotava uma nomenclatura de atividades culturais que abrangia os grandes setores da vida econômica e social. Desta forma, propunha-se a assegurar uma coerência das informações, ao longo do tempo, no espaço territorial e entre fontes diversas, além de propor a comparabilidade internacional com as classificações e o âmbito das estatísticas culturais nacionais.

Em 2014, no *Taller de Formación en Estadísticas Culturales para América Latina*, realizado em setembro, na Costa Rica, o Brasil apresentou o trabalho de comparação das revisões das nomenclaturas das atividades culturais do Brasil, a Classificação de Atividades Econômicas, a CNAE 1.0 e a versão revisada 2.0 comparáveis com as classificações e o recorte de atividades propostos pela metodologia do Marco da Unesco de 2009. O Brasil foi o primeiro país que trabalhou com a nova classificação, que incorpora o mais amplo conjunto de atividades relacionadas à produção de bens e serviços culturais do International Standard Industrial Classification – ISIC rev4, comparável com a nossa CNAE.

Construção da Conta Satélite de Cultura do Brasil 2010

Em 23 de dezembro de 2010, formalizou-se o convênio interinstitucional, nos termos da Portaria Interministerial nº 130, dos Ministérios da Cultura, da Fazenda e do

Planejamento, Orçamento e Gestão, de 23.12.2010 (BRASIL, 2010),³³ com vistas à construção da Conta Satélite de Cultura do Brasil.

Esta portaria instituiu o Comitê Gestor e o Grupo Executivo, com o objetivo de viabilizar a realização das atividades de implementação e manutenção das Contas de Cultura no Brasil. Do Comitê Gestor fazem parte o Ministério da Cultura, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Fazenda, o IBGE, o Banco Central, o IPEA, a ANCINE, a Fundação Casa de Rui Barbosa, entre outras instituições.

Seguindo referências internacionais, para viabilizar a implantação e o desenvolvimento da Conta Satélite de Cultura – CSC, foi implantada uma Plataforma Interinstitucional que possibilita a utilização conjunta e coerente dos dados estatísticos de cultura produzidos pelos diferentes órgãos, quanto à otimização dos recursos requeridos para a elaboração da conta satélite de cultura. O papel do IBGE, nesta plataforma, deve-se tanto ao seu papel de produtor de estatísticas econômicas e sociais necessárias à compreensão do fenômeno cultural quanto a sua capacidade de harmonizar as distintas fontes, segundo os fundamentos metodológicos existentes.

Dando andamento ao projeto, iniciaram-se as discussões de diretrizes gerais para a construção das contas de cultura no Brasil, a plataforma de cooperação técnica e os respectivos comitês gestor e executivo se conformaram, dando início às primeiras reuniões, no final de 2011, continuando-se a desenvolver o estudo até a presente data.

Para finalizar, gostaríamos, ainda, de enfatizar que as ações conjuntas na área de produção de informações do setor cultural, entre o IBGE e o Ministério da Cultura, foram reforçadas com a criação da lei que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC, nº 12.343, em 02 de dezembro de 2010,³⁴ que, em seu Art. 10, § 3º, estabeleceu a promoção de parcerias e convênios com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas, para a constituição do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) do Ministério da Cultura.

Em que pesem as ações do MinC, na área de produção de informações do setor cultural, entende-se que as informações presentes no SIIC, assim como as informações da MUNIC do IBGE, possam ser apropriadas no desenvolvimento do SNIIC, que

³³ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/24002068/dou-secao-1-27-12-2010-pg-50>>.

³⁴ Lei que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC, nº 12.343, Art. 10, § 3º, de 02 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 06 mai. 2013.

“atuará como fonte de dados para respaldar o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas culturais” (CULTURA, 2010, p.26) .

Ressalta-se ainda que as fontes de informações dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais – SIIC de 2003e de 2003-2005 e das MUNIC de cultura, produzidas pelo IBGE foram incorporadas à primeira edição da publicação “**Cultura em Números – Estatísticas Culturais 2010**”, organizada pelo MinC. Esta publicação reuniu informações que contribuíram para “o panorama das estatísticas, dos indicadores, dos gráficos e demais números aqui presentes [que] torna evidentes tanto a força cultural do nosso país, quanto seu descompasso com certas estruturas de gestão e, ainda, as dificuldades de acesso da nossa população a equipamentos e outros aparatos diretamente relacionados à fruição cultural” (FERREIRA, 2010 p. 24). E os mais recentes resultados do SIIC 2007-2010 e do Suplemento especial de Cultura da ESTADIC/MUNIC de 2014 serão divulgados na próxima edição do **Cultura em Números – Estatísticas Culturais**, esperamos que ainda neste ano de 2016.

Pelo exposto, verificou-se que o resultado decorrente do empenho do governo em produzir informações estatísticas e indicadores para a Cultura vem acompanhando a discussão e as referências internacionais, constituindo-se num modelo que pode ser objeto de estudos e reflexões condizente com a realidade da cultura brasileira. Com base nesses estudos divulgados, e mantendo-se a parceria estabelecida entre o MinC e o IBGE, a produção de informações estatísticas para a Cultura poderá ser aperfeiçoada e potencializada, principalmente com o envolvimento dos demais gestores públicos e privados e a comunidade acadêmico científica, em um diálogo permanente, o que contribuiria para estreitar as diferenças entre as informações desejadas e as possíveis.

REFERÊNCIAS

- ALKIMIM, Antonio Carlos. Cultura In: **PERFIL dos municípios brasileiros**. 2009/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.p.55-65. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.
- BARROS, José. M. A Informação e as políticas públicas na perspectiva do sistema nacional de cultura. In: ENECULT, 6., 2010, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Facom, UFBA, 2010.p.17-31. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24457.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- BOTELHO, Isaura. Como um olhar sobre a infra-estrutura cultural dos municípios brasileiros contribui para o planejamento de políticas culturais. In:ENECULT, 6., Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Facom, 2010. p. 1-17. Disponível para acesso em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24457.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- BOTELHO, Isaura. Demandas e lacunas nas informações sobre o setor cultural. In:

- CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA – CONFEST, 5., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itáu Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009a.
- CALABRE, L. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. **Proa – Revista de Antropologia e Arte** [on-line], Ano 1, v.1, n.1, p. 293-302, ago. 2009b. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- CALCAGNO, Natalia. *Nosotros y los otros: comercio exterior de bienes culturales en América del Sur*. Natalia Calcagno y Emma Elinor Cesín Centeno. Buenos Aires: Secretaría de Cultura de la Presidencia de la Nación, 2008. Disponível em: <http://sinca.cultura.gov.ar/sic/comercio/comercio_exterior_sm.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crises de desarrollo. In: _____. *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.
- CLASSIFICAÇÃO Nacional de Atividade Econômica – CNAE: versão 1.0 / Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae1.0_2ed/default.shtm>. Acesso em: 09 set. 2014.
- CLASSIFICAÇÃO Nacional de Atividade Econômica – CNAE: versão 2.0 / Comissão Nacional de Classificação [e] IBGE. **Resolução no 01, de 17.07.2014, da Concla**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 433p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/default.shtm>>. Acesso em: 09 set. 2014.
- CULTURA em números. **Anuário de estatísticas culturais**. 2 ed. Brasília, DF: MinC, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- FCS. **Framework for cultural Statistics**. UNESCO, 1986. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/framework/1986original.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015. dia mês abreviado. ano.
- Decreto nº 4.805, 12 de agosto de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4805.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015
- FERREIRA, Juca. Cultura e números em uma nova relação. In: **CULTURA em números: anuário de estatísticas culturais**. 2ed. Brasília, DF: MinC, 2010. p. 24-25.
- GIL, G. M. Discurso do Ministro Gilberto Gil na divulgação do Perfil dos municípios brasileiros. In: **Suplemento de Cultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006; Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura, 2007. p. 1-7
- GIL, G. M. Discurso do ministro na divulgação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais. In: *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003*. IBGE, Rio de Janeiro; Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura, 2006.
- GIL, G. M. **Discurso do ministro na solenidade de assinatura do convênio de cooperação técnica entre o MinC e o IBGE**. Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/o-dia-a-dia-da-cultura/discursos/page/28/>>. Acesso em: 08 nov. 2014.
- IBGE. **Cadastro Central de Empresas – CEMPRE**, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2004/default.shtm>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

INFORME mundial sobre a cultura, 2000: diversidade cultural, conflito e pluralismo. São Paulo: Brasília: Moderna; Unesco, 2004. 416 p. Tradução de: World culture report 2000: cultural diversity, conflict and pluralism.

LINS, Cristina P. de C. A experiência brasileira na construção de informações e indicadores culturais. In: COSTA, Frederico de Lustosa. (Org.). Política e Gestão Cultural: perspectivas Brasil e França. Salvador: Edufba, 2013. p. 211-238.

LINS, Cristina; ALKIMIM, Antonio Carlos. O Sistema e o “Sistema” – o projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a cultura. **Revista Observatório Itaú Cultural**: reflexões sobre indicadores culturais, São Paulo: Itaú Cultural, n. 4, p. 59-67, mar. 2008. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/000704.pdf>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

LINS, Cristina P. de C. **Indicadores culturais**: possibilidades e limites – as bases de dados do IBGE. Brasília, DF: MinC, 2006. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc_cristinapereira_1148588640.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

MIGUEZ, P. A economia da cultura como campo de estudos e a novidade da economia criativa. In: **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: Políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 148 p. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+D+A+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 20 set. 2015.

OLIVEIRA, L. A. As bases de dados do IBGE – Potencialidades para a cultura. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 189-206. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.

PERFIL dos municípios brasileiros. **Equipamentos culturais, meios de comunicação e atividades artísticas e artesanais nos municípios brasileiros**. Gestão pública 2005/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p.79-105. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2005/default.shtm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros: **Suplemento Cultura 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/default.shtm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros: Capítulo Cultura. Gestão pública 2009/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 55-65. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44692.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

Plano Nacional de Cultura – PNC, nº 12.343, Art. 10, § 3º, de 02 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 06 mai. 2013.

Portaria Interministerial nº 130, dos Ministérios da Cultura, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 23.12.2010. BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/24002068/dou-secao-1-27-12-2010-pg-50>>. Acesso em 05 mai. 2014.

RIBEIRO, Ana Rosa Paes. **A cultura e a informação estatística nacional**: entre o desejado e o possível. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) –

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

SISTEMA de informações e indicadores culturais: 2003/ IBGE, Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/default.shtm>. Acesso em: 08 jan. 2016.

Sites consultados

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/default.shtm

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/default.shtm>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/default.shtm>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/estadic/estadic2012/default.shtm>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2010/default.shtm